



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

---

**PARECER N°** : 002TA-2023.1129001 - CGM/PMM

**INTERESSADO** : SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ASSUNTO** : 2° TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO VALOR AO CONTRATO N° 053.2021.001.001-SESAU, QUE TRATA DO ACRÉSCIMO DE VALOR CONTRATUAL PACTUADO.

---

**PREGÃO ELETRÔNICO N°**: 053/2021

**OBJETO**: Acréscimo de valor ao Contrato Administrativo n° 053.2021.001.001-SESAU, em 2% (dois por cento), cujo objeto é a Contratação de Gestão em Saúde, para Prestação de Serviços Médicos, capazes de cobrir a escala médica completa do Hospital Geral Augusto Chaves Rodrigues e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas) Eládio Soares, 24h (vinte e quatro horas) por dia, nos 07 (sete) dias da semana, nos turnos diurno e noturno, com fornecimento, em comodato, de plataforma de gestão em saúde, servidor de banco de dados dedicado para esta finalidade, equipamentos, bem como plataforma de telemedicina como serviço de referência.

**CONTRATADA**: ONSAUDE, SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

**VIGÊNCIA**: 10/01/2022 A 09/01/2024

**VALOR ORIGINAL DO CONTRATADO**: R\$ 24.672.960,00 (VINTE E QUATRO MIL, SEISCENTOS E SETENTA E DOIS, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS).

**VALOR ADITIVADO**: R\$ 141.095,68 (CENTO E QUARENTA E UM MIL, NOVENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS).

---

**PARECER DE CONTROLE**

**1. Introdução**

A avaliação de conformidade ao Termo Aditivo que trata das alterações quantitativas do objeto com acréscimo do valor contratual, estabelecendo novas condições ao referido contrato.

O inciso I do artigo 65 da Lei de Licitações, é o dispositivo que descreve a possibilidade de alteração unilateral por parte da Administração Pública, justificadamente, no tocante ao conteúdo dos contratos administrativos firmados com particulares.

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*I - Unilateralmente pela Administração:*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

---

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;*
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;*

O que o artigo 65 explana é que os Contratos Administrativos apenas podem ser alterados mediante prévia motivação e desde que haja interesse público em realizar tal procedimento, ou seja, o motivo que determinou a alteração contratual seja expresse e que a administração pública responsável tenha interesse na alteração.

No inciso I, alínea 'b', temos a possibilidade de alteração unilateral em casos de modificações quantitativas do objeto. Neste caso, a legislação permite que sejam realizadas modificações de até 25% do valor inicial do contrato, quando se tratar de obras, serviços ou compras.

Nesse sentido, constata-se como ato lícito à Administração Pública proceder à alteração unilateral do contrato em duas hipóteses:

- ✓ Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica;
- ✓ Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos, conforme prevê o § 1º do artigo 65 da referida Lei.

O poder de alterar unilateralmente o ajuste representa uma prerrogativa à disposição da Administração para concretizar o interesse público. Não se constitui em arbitrariedade nem fonte de enriquecimento ilícito.

A modificação quantitativa do valor contratado (acrécimo/supressão) deve corresponder, em igual medida, à alteração das obrigações dos sujeitos da relação jurídica (Administração Pública e particular), ou seja, a variação deve guardar uma relação direta de proporcionalidade com aumento/diminuição do objeto, sob pena de desequilíbrio econômico-financeiro, enriquecimento sem causa e frustração da própria licitação.



## **2. Da Instrução do Processo Administrativo:**

Quanto à apresentação da documentação necessária e regular instrução processual, ressalta-se que para instruir os autos foram juntados, além de outros documentos, a Solicitação do Setor Demandante, Relatório de Fiscalização do Contrato, Cópia do Contrato e seu respectivo Termo Aditivo e Termo de Apostilamento, Portaria do Fiscal do Contrato, Solicitação de Manifestação ao prestador de serviços acerca do aditivo de valor, Resposta da empresa, manifestando interesse em aditivar e apresentando seus documentos de habilitação, solicitação e Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, Justificativa, Termo de Abertura e Autuação, Portaria de nomeação da Coordenadora de Licitações e Contratos, Minuta do Segundo Termo Aditivo, Parecer Jurídico nº 11.27.001/2023, 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 053.2021.001.001-SESAU, Extrato do 2º Termo Aditivo e encaminhamento dos autos a este Controle Interno Municipal.

## **3. Da Análise Jurídica:**

O aspecto jurídico e formal do procedimento, foi realizado pela Assessoria Jurídica, onde foi constatado que sua elaboração se deu com observância à legislação que rege a matéria, atestando a sua legalidade, conforme Parecer Jurídico nº 11.27.001/2023.

## **4. DA CONCLUSÃO:**

Ante o exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, esta Controladoria Geral do Município - CGM vislumbra a possibilidade de adequação ao disposto no 2º Termo Aditivo ao Contrato.

Por fim, seguem os autos para a Coordenaria de Licitações e Contratos para o cumprimento dos demais procedimentos cabíveis.

É a Manifestação.

Marituba/PA, 29 de novembro de 2023.

---

**Glaydson George Machado de Miranda**  
Controlador Geral do Município